

Conferência «Antes do AHU: breve história custodial (ca.1850-1931)»

Tiago C. P. dos Reis Miranda
(CHAM – FCSH/NOVA-UAc)

As colecções de documentos acumulados pelo Conselho Ultramarino (1642-1833) e pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar (1736-1834) foram transferidas para o edifício da Biblioteca Nacional de Lisboa [BN] em 1889, com o propósito de desimpedir o espaço que então ocupavam, sobretudo no edifício do Arsenal. Coube ao conservador Rafael Eduardo Azevedo de Basto, do Arquivo Nacional Torre do Tombo, examinar todo conjunto e estabelecer um registo sumário. Dele se constata a existência de alguma desordem, de uma taxonomia original relativamente variável, mas com claro predomínio de séries definidas por tipos diplomáticos; a saber: correspondência, consultas, requerimentos, provisões, lembretes, papéis de serviços etc.

Os primeiros doze anos de permanência na BN consumiram-se em esforços pontuais de satisfação de demandas políticas e académicas. As condições necessárias para elaborar instrumentos de referência minimamente satisfatórios surgiram apenas depois de criada a secção administrativa do “Arquivo de Marinha e Ultramar”, sob a chefia de Eduardo de Castro e Almeida. O inventário inaugural foi dedicado à série de cartas da Madeira e Porto Santo. Logo em seguida, por iniciativa de M. Cícero Peregrino da Silva, fez-se um acordo para catalogar os avulsos referentes ao Brasil. Assim se descreveu em cinco volumes a correspondência da Bahia, e tomou corpo o projecto de elaborar um catálogo de todos os avulsos do acervo relacionados com o Rio de Janeiro. Adulterava-se, para isso, o conjunto das séries existentes.

No curto intervalo da primeira direcção de Fidelino Figueiredo (1918-1919), o “Arquivo de Marinha e Ultramar” passou a chamar-se “Secção Ultramarina”, Eduardo de Castro e Almeida caiu em desgraça e houve uma clara travagem de todo o processo de reordenamento. Mas dentro do círculo de servidores das instituições dedicadas à gestão das colónias cresceu o desejo de criar um arquivo independente, que reunisse e tratasse a integridade das fontes relativas à história da expansão, como instrumento ancilar de políticas imediatas. Pouco valeu a oposição manifesta da própria BN, com o seu edifício mal conservado, fragilizada por vários escândalos e pelos espurgos da Ditadura.

O “Arquivo Ultramarino” foi transferido para o antigo palácio dos Condes da Ega, onde se criara uma nova entidade do Ministério das Colónias. Nessa mudança, ficaram para trás objectos, memórias, recursos e argumentos que ainda hoje desfalcam as colecções da Marinha e Ultramar.